

## **A POLÍTICA NEOLIBERAL NA EDUCAÇÃO E SUA INFLUÊNCIA NO DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA NOVO MAIS EDUCAÇÃO EM UMA ESCOLA MUNICIPAL NA CIDADE DE TORITAMA/PE**

Érica Monique Silva<sup>1</sup>

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Viana Araújo<sup>2</sup>

*Universidade Federal de Pernambuco – Centro Acadêmico do Agreste*

[ericamnq@gmail.com](mailto:ericamnq@gmail.com)

[xandosport@gmail.com](mailto:xandosport@gmail.com)

**RESUMO:** O presente artigo teve como objetivo analisar o atendimento proposto nas diretrizes do programa Novo Mais Educação, e quais as influências da política neoliberal no desenvolvimento do mesmo. De início foi realizado um percurso teórico-metodológico, que tornou possível o entendimento sobre o processo de integração do programa à política educacional em uma escola da cidade de Toritama/PE. Os teóricos consultados para arcabouço foram: Albuquerque e Leite (2016); Araújo e Santos (2005); Azevedo (1997); Bobbio (1986); Bobbio (2004); Brasil (2016); Gruppi (1986); Hofling (2001); Matteucci e Pasquino (2004). A pesquisa foi realizada em uma abordagem qualitativa e do tipo etnográfica, onde foram coletados dados, através dos métodos da análise documental, da aplicação de questionário e da observação em campo. Os dados coletados foram analisados de modo a atrelar à concepção do modelo neoliberal e suas políticas educacionais às necessidades encontradas nas atividades do programa Novo Mais Educação da escola pesquisada. Conclui-se que a transferência de responsabilidade do Estado, em uma perspectiva neoliberal, acarretou no programa desenvolvido na escola analisada uma desqualificação das atividades ofertadas, ao passo foram constatadas limitações como repasses financeiros destinados ao apoio técnico e despesas de custeio do programa, dentre outras questões, que afetam diretamente na qualidade e desenvolvimento do Novo Mais Educação.

**Palavras-chave:** Novo Mais Educação, Políticas Públicas, Neoliberalismo, Políticas educacionais.

### **INTRODUÇÃO**

O presente artigo, aborda como se dá a implementação do programa Novo Mais Educação à política educacional, tratando exclusivamente da efetivação das políticas educacionais brasileiras, e tendo como campo de pesquisa uma escola na cidade de Toritama-PE. Nesta perspectiva, se fez central o conhecimento de como o atendimento proposto nas diretrizes do programa, vem se efetivando no ambiente escolar, partindo do pressuposto, de que, o Estado ao definir as políticas educacionais, não toma como fator de extrema importância, a qualidade do desenvolvimento das mesmas, pelo fato do processo de descentralização do Estado que se disponibiliza apenas como um suporte financeiro, ficando por responsabilidade das escolas em articulação com outros órgãos públicos e até privados, o

<sup>1</sup> Graduanda do 3º período de Pedagogia na UFPE-CAA.

<sup>2</sup> Professor Adjunto do Centro Acadêmico do Agreste, no curso de Pedagogia.

de desenvolver as atividades propostas pelas exigências estabelecidas pelos programas educacionais, a partir das condições existentes da mesma.

Desta forma, este artigo traz como objetivo, analisar como se dá a materialização do programa Novo Mais Educação, buscando desta forma identificar desde o processo de chegada dos recursos financeiros destinados a escola para a cobertura de despesas de custeio, até o de observar o desenvolvimento estrutural das propostas selecionadas pela escola, de acordo com as exigências deste programa.

Se faz importante a realização de pesquisas com tal temática, para de forma clara, informar aos cidadãos como a educação vem sendo tratada nos programas de governo, onde muitas vezes acontece um processo de manipulação dessas políticas, onde a população é ganhada apenas pelo que é apresentando, desconhecendo totalmente os bastidores dessa realização, os problemas, as dificuldades, e o movimento que é realizado pela escola para responder aos objetivos dos entes federados.

## **DA REFORMULAÇÃO ATÉ O ATUAL NOVO MAIS EDUCAÇÃO**

No ano de 2007, em que estava em exercício o presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e o ministro de Estado da Educação, Fernando Haddad, foi instituído o programa Mais Educação, onde é aumentada a jornada escolar no ensino fundamental, buscando a melhoria do ensino aprendizagem, e o desejo de combate das desigualdades presentes no país. Desta forma, o programa é voltado para escolas que atendam crianças em condições de vulnerabilidade social e conseqüentemente um baixo desempenho educacional. Assim, como base de fundamentação, eram apresentados trechos da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), o Estatuto da criança e do Adolescente e a Constituição Federal.

O Mais Educação, também foi uma estratégia de união intersetorial, onde os ministérios federais (Ministério da Educação, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministério da Cultura, e Ministério do Esporte) uniram-se para garantia plena do desenvolvimento do programa.

No ano de 2016, no governo do atual Presidente do Brasil, Michel Miguel Elias Temer Lulia, e o ministro da Educação, Mendonça Filho, o programa passou por uma reformulação, no qual foi alegado, que o mesmo não estava respondendo aos índices de desenvolvimento que são preferidos ao mesmo, onde buscava-se atingir a meta de 6 e 7, estabelecida pelo Plano Nacional da Educação (PNE). Essa avaliação, se dá, pelo Índice de Desenvolvimento da

Educação Básica (IDEB).

O programa Novo Mais Educação, instituído no ano de 2016, pela portaria nº 1.1444, e pelo atual ministro da educação Mendonça Filho, tem como objetivo ampliar a jornada escolar de crianças e adolescentes que se encontram em vulnerabilidade social, complementando a carga horária de 5 (cinco) ou 15 (quinze) horas semanais no turno e contra turno escolar. Dentre as funções do mesmo, está a de melhorar a aprendizagem em língua portuguesa e matemática no ensino fundamental.

A implementação do programa fica a cargo das escolas públicas em articulação com as secretarias estaduais, distrital e municipais de educação, onde a parte de suporte técnico e financeiro ocorre pelo Ministério da Educação.

Tal iniciativa, está fundamentada na LDB (Leis de Diretrizes e Base da Educação) de 1996, onde é determinando o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo, além da progressiva ampliação do período de permanência na escola, que se dá por meio de atividades complementares.

Com essa reformulação, objetivasse tratar apenas das disciplinas pedagógicas, de língua portuguesa e matemática, não mais de forma generalizada, como era realizado pelo antigo Mais Educação.

O programa tem em seu centro, a formação do trabalho voluntario, no qual tanto profissionais das determinadas escolas, quanto pessoas da comunidade, podem exercer as funções definidas pelo programa. Para tratar sobre este tema, o programa se volta ao art. 227 da constituição federal, que proclama “como direito da família, da comunidade, e da sociedade, juntamente com os poderes públicos, o de assegurar a efetivação dos direitos a vida, a saúde, a alimentação, a educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária” (BRASIL, 1988, p. 65).

As diretrizes do Novo Mais Educação de acordo com o programa orientador são:

A integração do programa à política educacional da rede de ensino e as atividades do projeto político pedagógico da escola; o atendimento prioritário tanto dos alunos e das escolas de regiões mais vulneráveis quanto dos alunos com maiores dificuldades de aprendizagem, bem como as escolas com piores indicadores educacionais; a pactuação de metas entre o MEC, os entes federados e as escolas participantes; o monitoramento e a avaliação periódica da execução e dos resultados do programa; e

a cooperação entre União, estados, Distrito Federal Municípios (BRASIL, 2016, p. 3 e 4).

Os repasses financeiros do programa acontecem da transferência realizada pelo FNDE (Fundo Nacional da Educação), diretamente nas contas bancárias abertas pelas autarquias, referentes as Unidades Executoras (UEX) das escolas, esse repasse chega a escola através do Programa Dinheiro Direto na Escola.

Os recursos financeiros destinados ao programa são para a cobertura de despesas de custeio, sendo elas o ressarcimento de despesas com transporte e alimentação dos voluntários que desenvolverão as atividades e para aquisição de material de consumo e na contratação de serviços necessários as atividades complementares.

Sobre o monitoramento do programa, este se dá via PDDE Interativo, onde as UEX deverão informar os dados sobre a implementação do Plano de Atendimento da Escola, que é a inscrição realizada no site, onde é selecionada as atividades que as escolas executarão. O monitoramento global do programa é de responsabilidade da SEB/MEC e do FNDE, que se dará a partir dos relatórios das UEX, disponibilizados para o coordenador do programa, onde o mesmo envia tais relatórios também pela plataforma interativa do PDDE.

Como atividades destinadas a SEBE/MEC e o FNDE, o programa orientador expõe que:

A SEBE/MEC pactuará metas de aprendizagem a serem alcançadas pelas escolas e pelas secretarias estaduais, municipais e distrital de educação, para balizar a avaliação dos resultados do programa e possivelmente condicionar a participação no programam em exercícios seguintes. Ao FNDE caberá acompanhar a execução financeira do programa (BRASIL, 2016, p. 12).

Sobre a prestação de contas dos recursos recebidos, ou dúvidas sobre pendências e a tentativa de solucioná-las, deverão às UEX entrar em contato com FNDE, por telefone ou endereço do mesmo, disponibilizado no programa orientados de adesão do programa.

## **A POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA E A INFLUENCIA NEOLIBERAL**

Para se entender a política contemporânea, se faz necessário nos remontar ao passado, desde o nascimento do Estado Moderno, em meados do século XV, e comumente a ascensão da burguesia, onde foi tomando corpo o modelo capitalista vigente, e os rumos da educação, que foi se tornando “laica” e “estatal”.

Nesse longo percurso de modernização do Estado, é extremamente importante a influência que a política teve nos rumos educacionais, onde

teóricos e filósofos discutiram modelos de educação e formação a partir do modelo de sociedade que é idealizado. Neste presente artigo, iremos nos deter no modelo neoliberal e as políticas educacionais.

Apesar do ideal de democracia que se alastrou em diversos países, é nítida a influência que outras correntes políticas exercem sobre o mesmo. Neste sentido Bobbio (1986) nos diz que para uma definição mínima de democracia, é necessário a participação ativa de toda população, e que a ela lhes seja garantida “[...] o direito de liberdade, de opinião, de expressão das próprias opiniões, de reunião, de associação” (BOBBIO, 1986, p. 20). Teríamos então um modelo de democracia representativa, mas, o que Bobbio nos fala é do atrelamento desse ideal de sociedade a outros, sendo o de maior representação no mundo contemporâneo o neoliberalismo, corrente ideológica que surgiu como intermédio para a crise econômica dos anos 70, e que tem como base os ideais liberais. Por tanto, não podemos falar de uma sem contextualizar a outra.

Jonh Locke (1632-1704) um defensor liberal, afirmava que

Os homens se juntam em sociedades políticas e submetem-se a um governo com a finalidade principal de conservarem suas propriedades. O estado natural (isto é, a falta de um Estado) não garante a propriedade. É necessário constituir um Estado que garanta o exercício da propriedade, a segurança da propriedade. (Locke apud GRUPPI, 1986, P. 14)

Essa ideia de contrato social, foi teorizado por outros intelectuais da época, mas como apresenta Gruppi (1986) houveram correntes contrárias a essa concepção, em destaque, temos o sociólogo Karl Marx, que sobre o individualismo burguês nascido com a modernidade no qual o indivíduo humano preexistiria ao Estado, sendo os homens indivíduos soltos, Marx, vai nos dizer exatamente o contrário, que o homem só se torna homem, a partir da interação social, e que está se dá através do trabalho em sociedade.

De acordo com a teoria liberal, o Estado deve interferir de forma minimalista na sociedade, ficando está a cargo da mão livre do mercado, onde se tem como intuito atingir o bem estar social. Araújo e Santos (2005), alegam que a concepção liberal de sociedade

Traz em seu bojo a compreensão de que cada indivíduo ao buscar contemplar seus próprios interesses econômicos proporciona mesmo sem intenção, a melhoria para o bem coletivo. A defesa da economia de mercado livre é nesta concepção teórica ideal, mesmo que a sociedade tenha diferenças de classes existentes. Sendo assim, o Estado fica com o papel específico de intervir somente na estrutura funcional do mercado, já que no que se refere ao controle ficaria por conta do próprio mercado fazer este papel (p. 2).

Além disto, o Estado fica livre para decidir o que fazer e não fazer, no que se refere a

investimentos, e decide também a maneira de como realizar o mesmo.

Atualmente o que vivemos no Brasil é o que chamam de democracia representativa, onde as elites (burguesia) brasileiras, detentoras do capital, brigam entre si, pela conquista do voto popular, e assim, com o “aval” da população aquele que é eleito pela maioria, agora é capacitado para guiar os rumos do país, dessa forma, a classe dominante “[...] conquista o consentimento ativo daqueles sobre os quais exerce sua dominação” (Gramsci apud Araújo e Santos, 2005, p. 3).

Nesta separação entre público (sociedade política) e o privado (sociedade civil), a burguesia acabou por construir seu próprio Estado, como afirma Kant. Esse fenômeno é caracterizado pelo mesmo, como a representação de cidadania, mas que existem cidadãos independentes e cidadãos não independentes. Como cidadão independentes, temos os proprietários, aqueles verdadeiramente livres, que podem expressar suas opiniões e participar das decisões políticas do Estado, o que não é permitido aos empregados e aprendizes de artesãos, compondo assim os classificados como cidadãos não independentes.

Foi a partir das lutas sociais em prol de direitos, os conflitos mundiais e os avanços tecnológicos, marcos dos últimos séculos, que acabaram por proporcionar uma reconfiguração das articulações estatais e o mercado, mas mesmo com esse declínio dos ideais liberais, principalmente em seu ápice que foi a crise econômica de 1970, esta tendência teórica e política guia do mundo capitalista, se “reinventou” e assumiu a versão de neoliberalismo.

Foi com o intuito de minimizar as ações do Estado, que vinha sofrendo pressão das classes sociais organizadas, por direitos sociais, onde alegaram vir daí o problema da crise econômica que se seguia, pelo que eles chamavam de inchamento da máquina pública, que os neoliberais se posicionaram como a terceira via, para a reestabilização da economia, tendo como lema “Menos Estado e mais Mercado”, com a noção de liberdade individual, onde cada indivíduo deve ter assegurado uma esfera privada, onde outros não podem interferir.

Desta forma, os direitos sociais passaram a configurar-se como políticas de assistencialismo, uma doação momentânea as classes marginalizadas, de forma que não existe uma verdadeira intenção de mudar o quadro social destas mesmas, pois no que tange os neoliberais, a intervenção nítida do Estado, acaba por provocar o acomodo da população, que em vez de procurarem por meios próprios a superação das condições sociais, ficam por esperar inertes pela mão do Estado, que dessa forma, fere os ideais de liberdade, e o estímulo



pela produção, e por conseguinte a concorrência entre os indivíduos, movimentando assim a economia, descentralizando e diminuindo os deveres do Estado.

### **Educação como política pública**

Sobre esta temática, os neoliberais creditam a participação do Estado na mesma, mas de forma descentralizada, onde a responsabilidade desta passa a ser dívida com o setor privado. Desta forma se estimula a competição entre as instituições, que concorrerão entre si, no objeto de serem as selecionadas pelo Estado para a aplicação de investimentos. Dessa forma, os neoliberais, creditam como algo positivo, o poder dos pais de poderem escolher qual tipo de educação seus filhos receberão, mas sabendo-se que o estado apenas garantiria uma ajuda de custo, neste caso a educação não passaria mais a ser um direito e si uma forma de assistência, haveria uma diferença entre quem escolheria as escolas quem fossem destaque, e quem ocuparia as vagas das instituições que seriam demarcadas como de baixo rendimento.

Com esse processo de competição, e o Estado tomando o posto de regulador da educação, toma forma o modelo gerencialista, no qual Azevedo (1997) nos diz que, à política educacional, assim como as políticas sociais, na visão neoliberal, serão bem sucedidas, “[...] na medida em que tenha por orientação principal os ditames e as leis que regem os mercados, o privado, buscando a adoção do paradigma de qualidade total” (p. 17).

Neste modelo de Estado Avaliador, as responsabilidades com a educação passam a ser transferida também para a população, onde fica por parte desta, cobrar das instituições as melhorias institucionais, quando essa cobrança deveria ser direcionada para o Estado. Neste ideal, a população e a comunidade é convidada a colaborar, com essas atividades, na forma de voluntariados. Tal ação, acaba por terceirizar os serviços públicos e ainda causar uma desqualificação da educação, visto que, a partir do momento em que se adiciona um voluntario, a esse não será cobrado nenhuma qualificação profissional, deixando desta forma, os profissionais da área as margens.

### **METODOLOGIA**

A presente pesquisa, foi realizada em uma abordagem do tipo qualitativa, que segundo Ludke e André (1986, p. 18) “se desenvolve em uma situação natural, possui dados descritivos, e um plano aberto e flexível, focalizada, ainda, na realidade de forma complexa e contextualizada”.

Para coleta dos dados, se fez necessário a utilização de técnicas do tipo etnográfico,

que possibilitou o desenvolvimento da investigação do objeto de pesquisa. Dentre estas técnicas, foi utilizada a análise documental que de acordo com Ludke e André (1986), “a análise documental pode se constituir numa técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, seja complementando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema.”.

Outra técnica de bastante relevância, foi a observação, que “possibilita um contato pessoal e estreito do pesquisador com o fenômeno pesquisado” (Ludke e André, 1986, p. 26). Para a coleta de informações dos sujeitos que contribuíram com o desenvolvimento desta pesquisa, sendo eles, a gestora, a supervisora e a articuladora do programa na escola, assim, foi realizado o questionário, uma técnica de investigação

Compõe um conjunto de questões que são destinadas com determinados propósitos a outra pessoa, com o intuito de obter “informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado etc.” (GIL, 2008, p. 121).

Como campo de pesquisa, foi tomado uma escola municipal da cidade de Toritama (a mesma será nomeada nesta pesquisa como Escola Municipal O Meu Guri), está localizada no centro da cidade, na rua Ana Cecília. A mesma funciona no turno da manhã, tarde e noite, e atende a um total de 390 alunos, onde atuam 10 professores, 1 (um) gestor, 2 (dois) supervisores, 1 (um) secretário, 1 (um) agente administrativo, 1 (um) cuidador de crianças, 2 (duas) merendeiras, e 2 (dois) zeladores.

Sobre os espaços da escola, ela possui uma secretaria, cinco salas de aula, dois banheiros femininos, dois banheiros masculinos e um para deficientes, uma biblioteca ao ar livre, duas salas de dispensa, uma cozinha, uma sala para os professores, e espaço para recreação com rampa de acessibilidade.

A mesma conta ainda com o espaço anexo, cedido pela prefeitura municipal, para a realização das atividades do programa Novo Mais Educação, e fica localizado na rua ao lado. O mesmo conta com duas salas, e um pequeno espaço onde são guardados os materiais.

## **ANALISE DOS DADOS**

Foi constatado que os repasses financeiros destinados ao apoio técnico e despesas de custeio do programa, na escola em que foi desenvolvida esta pesquisa, são insuficientes e influencia na qualidade e desenvolvimento do Novo Mais Educação. Segue-se então a análise



dos dados coletados.

A questão da limitação dos recursos financeiros do programa é algo extremamente perceptível nas respostas obtidas pelo questionário, onde foi sinalizado que a escola, apesar de tentar, não consegue efetuar o programa de maneira coerente com as exigências do mesmo.

Não. É muito pouco, não dá para manter na íntegra as necessidades que as atividades requerem. O programa só está funcionando dentro das normas, porque não foram mudadas as atividades. Estamos trabalhando com os kits que já existiam e foram adquiridos quando a escola participou do antigo Mais Educação (GESTORA, QUESTIONÁRIO, 2017).

Não. Seria necessário mais repasses para as atividades integradas, ofertando mais recursos para a melhoria da qualidade do fluxo escola (SUPERVISORA, QUESTIONÁRIO, 2017).

Essa questão de insuficiência, dialoga ainda com a questão de adequação do espaço escolar, sendo esse mote de estrutura, responsabilidade da escola, em articulação com a prefeitura municipal. A escola Municipal O Meu Guri, não possui de espaços disponíveis para a realização do que é proposto pelo programa, desta forma foi cedido pela prefeitura municipal, um anexo que fica ao lado da escola. É neste espaço que o programa se materializa, sendo que, estão escritos no programa 100 (cem) alunos, 40 (quarenta) participam das atividades no horário da manhã e sessenta participam no horário da noite. Os espaços em que são desenvolvidas as atividades, não comportam mais que vinte alunos, o que seria ideal, caso as turmas formadas de acordo como é especificado no programa, fossem atendidas em horários diferentes, mas a escola opta por juntar todos os alunos da manhã em um mesmo horário e os da tarde da mesma forma.

A escola oferece atividades pedagógicas, no formato de reforço escolar voltado para as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, e como atividades complementares tem atividades esportivas de Judô e Badminton, além de aulas de percussão.

Ao observar o proposto e o que é realmente executado, fica claro que a escola fica responsável pela parte mais árdua do programa, que é o desenvolvimento, a materialização do mesmo, ficando esta, infinitamente sobrecarregada. Quando perguntadas sobre a proposta de ampliação da jornada escolar, e a dinâmica realizada pela escola para subsidiar com qualidade a permanência dos alunos participantes do projeto na escola, as respostas foram extremamente positivas.

Atualmente a escola não precisou passar por adequação estrutural, porque desde que foi implementado o antigo Mais Educação a escola participou e fez as adequações necessárias. Sobre a utilização de transporte, não fazemos uso porque os alunos são da comunidade e as atividades complementares são realizadas nas proximidades da

escola (GESTORA, QUESTIONÁRIO, 2017).

O programa é mais um complemento. Os alunos permanecem na escola, passam pelo reforço escolar, e participam das atividades complementares sem muita complicação. (SUPERVISORA, QUESTIONÁRIO, 2017).

O programa é excelente, complementamos o horário com as atividades propostas, servimos lanche, damos almoço. A estrutura poderia ser melhor, mas estamos nos virando bem com a que temos (ARTICULADORA DO PROGRAMA, QUESTIONÁRIO, 2017).

Contudo, e a partir da observação realizada, a materialização do programa passa por diversos problemas. Quando a gestora diz que não se faz necessário o uso do transporte, o mesmo seria de muita utilidade nos dias em que são trabalhados com as crianças a modalidade de Badminton, que requer um espaço livre, e por conta disto o responsável pelo desenvolvimento da atividade, precisa se deslocar com as crianças para o Campo de Futebol Municipal, que fica a 5 (cinco) minutos a pé, da escola, e o trecho percorrido pelas crianças e o voluntario, tem grande fluxo de carros.

Na modalidade de Judô, existem apenas 10 (dez) roupas de kimono, sendo que 5 (cinco) são guardadas na escola e só são utilizadas em competições municipais. Como foi comentado pelo voluntario responsável pelo esporte, a falta da roupa adequada, acaba por atrapalhar o desenvolvimento das crianças na modalidade, pois como é uma atividade que exige muita articulação do corpo, o treino com calça jeans, que é o tipo mais frequente de roupa usada pelos alunos, impossibilita muitos movimentos.

Sobre as escolhas das modalidades de esporte, é destacado abaixo o seguinte relato:

A escolha das atividades complementares, foi realizada visando os profissionais existentes na comunidade e também a capacidade estrutural da escola” (GESTORA, QUESTIONÁRIO, 2017).

Desta forma, fica explicito a dinâmica sofrida pela escola, no processo de adequação ao programa Novo Mais Educação, suas dificuldades e como pesa negativamente a transferência de responsabilidade que é realizada pelo Estado.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

É nítida a diferença entre o planejado e o executado, a Escola Municipal O Meu Guri em sua atual condição, tenta ao máximo se adequar e realizar os objetivos do programa Novo Mais Educação. Sem um real envolvimento do Estado, a meta estabelecida pelos programas sociais educacionais, ficam longe de serem alcançadas, pois, sem a garantia de qualidade do projeto, o mesmo acabará fazendo parte de índices baixos e negativos, quando a função deste é o de solucionar tais problemas.

Tratar sobre esta temática, foi de extrema importância, pois foi permitido olhar a escola além da experiência em sala de aula, podendo identificar toda estrutura que a mesma está submetida, e o quanto coisas que antes achávamos estar bem longe de nós, tipo lá em Brasília, se fazem tão presentes, e influentes nas atividades que praticamos.

Conclui-se que a transferência de responsabilidade do Estado, em uma perspectiva neoliberal, acarretou no programa desenvolvido na escola analisada uma desqualificação das atividades ofertadas, ao passo que foram constatadas limitações como repasses financeiros destinados ao apoio técnico e despesas de custeio do programa, dentre outras questões, que afetam diretamente na qualidade e desenvolvimento do Novo Mais Educação.

## REFERENCIAS

ALBUQUERQUE, Plícia Mara de Negreiros Félix; LEITE, Ivonaldo Neres. **Reformulação do programa mais educação: o novo para mais ou para menos?** Disponível em: [http://editorarealize.com.br/revistas/setepe/trabalhos/TRABALHO\\_EV068\\_MD1\\_SA2\\_ID14\\_2\\_17112016171429.pdf](http://editorarealize.com.br/revistas/setepe/trabalhos/TRABALHO_EV068_MD1_SA2_ID14_2_17112016171429.pdf). Acessado em 26 de Junho de 2017.

ARAÚJO, Alexandre Viana; SANTOS, Ana Lúcia Feliz dos. **Refletindo sobre o papel do Estado na sociedade capitalista.** 2005.

AZEVEDO, Janete M. Lins de. **A Educação Como Política Pública.** Campinas-SP. Editora: Autores Associados, 1997.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia (uma defesa das regras do jogo).** Trad. Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.

BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política.** São Paulo: Editora UNB – imprensa Oficial: 2004.

BRASIL. Portaria Interministerial nº17, de 24 de abril de 2007. **Institui o Programa Mais Educação.** Diário Oficial da União, Brasília, 26 abr. 2007.

\_\_\_\_\_. Decreto no 7.083 de 27 de janeiro de 2010. **Dispõe sobre o Programa Mais Educação.** Brasília: Presidência da República, 2010. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7083.html](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7083.html)

\_\_\_\_\_. **Programa Novo Mais Educação.** Brasília: SEB, 2016. Disponível em:

[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=16727&Itemid=1119](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16727&Itemid=1119) .

CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. São Paulo-SP. UNESP, 1999.

GRUPPI, Luciano. **Tudo Começou com Maquiavel – As concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci**. Rio Grande do Sul: L&PM Editores Ltda. 1986

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6ª edição- São Paulo: Editora atlas s.a. 2008.

HOFLING, Eloisa de Mattos. **Estado e Políticas (Públicas) sociais**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5539> . Acessado em 02 de junho de 2017.

LUDKE, Menga e ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagem qualitativa**. São Paulo: EPU, 1986.